

<i>Abreviaturas</i>	9
<i>Apresentação</i>	19
<i>Nota à 3ª edição</i>	23
<i>Nota à 2ª edição</i>	25

PARTE I – DIREITO PROCESSUAL PÚBLICO

Introdução	29
1. Nomenclatura.....	29
2. A relativização do binômio “direito (material)” e “(direito) processual”	29
2.1. Aplicações.....	32
3. Proposta.....	35
Capítulo 1 – Mandado de segurança	37
1. Considerações iniciais	37
2. O modelo constitucional do mandado de segurança	40
2.1. A concessão do mandado de segurança	40
2.2. Direito líquido e certo	41
2.3. Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	42
2.4. Ilegalidade ou abuso de poder	43
2.5. Autoridade pública	44
3. Mandado de segurança preventivo	46
4. Legitimidade ativa (o impetrante)	46
4.1. Intervenção litisconsorcial facultativa	50
5. Legitimidade passiva	51
6. Competência	53
7. Petição inicial.....	54
8. Informações.....	56

9. A “medida liminar”	57
9.1. Fundamento relevante e ineficácia da medida	58
9.2. Restrições ao cabimento	59
9.3. Caução e medida liminar em mandado de segurança	60
9.4. Recorribilidade	61
10. Ministério Público	61
11. Sentença	62
12. Recursos	63
13. Pedido de suspensão	65
14. Coisa julgada	69
15. Execução	70
15.1. Restrições à execução provisória	72
16. Efeitos patrimoniais	72
17. Custas processuais e honorários de advogado	74
18. Intervenção de terceiros	75
19. Decadência	76
Capítulo 2 – Habeas data	78
1. Considerações iniciais	78
2. Objeto	79
3. Fase pré-judicial	82
3.1. Interesse de agir	84
4. Fase judicial	85
4.1. Partes e objeto	87
4.2. Competência	89
4.3. Petição inicial	92
4.4. Recebimento da inicial e peculiaridades procedimentais	93
4.5. Medida liminar	95
4.6. Sentença	97
4.7. Coisa julgada	98
4.8. Recursos	99
4.9. Pedido de suspensão	100
Capítulo 3 – Mandado de injunção	103
1. Considerações gerais	103
2. Objeto	104
3. Competência	107
4. Procedimento	107
5. Coisa julgada	109
6. Recursos	110
Capítulo 4 – Ação popular	112
1. Considerações iniciais	112
2. Competência	113

2.1. Conexão e continência.....	115
3. Legitimidade ativa	115
3.1. O cidadão	117
3.2. Litisconsórcio ativo.....	118
3.3. Desistência	118
4. Legitimidade passiva	119
5. Outros sujeitos processuais.....	120
5.1. A participação da pessoa afetada pelo ato questionado	120
5.2. O Ministério Público	122
6. Causa de pedir	123
7. Pedido	127
8. Peculiaridades procedimentais.....	128
9. Sentença	130
10. Recursos	132
11. Coisa julgada	135
12. Execução.....	136
13. Tutela preventiva	137
14. Prescrição.....	138
Capítulo 5 – Ação de improbidade administrativa.....	140
1. Considerações iniciais	140
2. Inquérito civil	141
3. Competência	142
3.1. Prevenção	143
4. Legitimidade ativa	144
5. Legitimidade passiva	145
6. A intervenção da pessoa jurídica	149
7. O Ministério Público como fiscal da lei	150
8. Causa de pedir	150
9. Pedido	154
9.1. Cumulação de pedidos.....	155
10. Juízo de admissibilidade da petição inicial.....	157
11. Fase instrutória	160
12. Sentença	161
13. Execução.....	163
14. Tutela preventiva	164
15. Prescrição.....	167

PARTE II – DIREITO PROCESSUAL COLETIVO

Introdução	173
1. Considerações iniciais	173
2. A tipologia dos direitos e interesses tuteláveis jurisdicionalmente de forma coletiva	174

3. A necessária subsidiariedade do Código de Processo Civil	177
4. Proposta.....	178
Capítulo 1 – Ação civil pública	179
1. Considerações iniciais	179
1.1. A ação civil pública no <i>modelo constitucional</i>	180
1.2. A influência do Código do Consumidor	181
2. Inquérito civil público	181
3. Termo de ajustamento de conduta	183
4. Competência	184
5. Legitimidade ativa	186
5.1. Ministério Público	187
5.1.1. Fiscal da lei	190
5.2. Defensoria Pública.....	191
5.3. Pessoas administrativas	192
5.4. Associações	193
5.5. Litisconsórcio ativo.....	195
6. Legitimidade passiva	195
7. Causa de pedir	196
8. Pedido	198
9. Recursos	199
10. Coisa julgada	200
11. Execução.....	204
12. Tutela jurisdicional preventiva	205
13. Custas.....	207
14. Prescrição.....	208
Capítulo 2 – Tutela jurisdicional de direitos e interesses individuais homo- gêneos	210
1. Considerações iniciais	210
1.1. Campo de incidência	211
2. Competência	212
3. Legitimidade ativa	212
4. Publicação de editais	214
5. Sentença genérica.....	215
6. Liquidação e execução.....	216
7. Coisa julgada	219
8. Litispendência	221
9. Custas e despesas processuais	221
Capítulo 3 – Mandado de segurança coletivo.....	223
1. Considerações iniciais	223
2. A legitimidade dos partidos políticos (art. 5º, LXX, <i>a</i> , da Constituição Fe- deral)	224

3. A legitimidade das organizações sindicais, entidades de classe e associações (art. 5º, LXX, <i>b</i> , da Constituição Federal)	226
4. Legitimidade do Ministério Público e da Defensoria Pública	228
5. Legitimidade do indivíduo.....	229
6. Os “direitos” tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo	229
7. “Medida liminar”	231
8. Coisa julgada	232
9. Relação com as ações individuais	234
9.1. O cômputo do prazo de trinta dias	235

Capítulo 4 – Ação direta de inconstitucionalidade..... 237

1. Considerações iniciais	237
2. Legitimados ativos	238
3. Legitimados passivos.....	241
4. Intervenção de terceiros	241
5. Juízo de admissibilidade da petição inicial.....	243
6. Objeto	244
7. Fase instrutória	244
8. Julgamento	245
9. Tutela de urgência.....	247
10. Recursos	249
11. Execução.....	249
12. A <i>ação direta de inconstitucionalidade</i> no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal	249
13. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	251

Capítulo 5 – Ação declaratória de constitucionalidade 255

1. Considerações iniciais	255
2. Legitimados ativos	256
3. Legitimados passivos e informações.....	257
4. Intervenção de terceiros	257
5. Juízo de admissibilidade da petição inicial.....	258
6. Objeto	259
7. Fase instrutória	259
8. Julgamento	259
9. Tutela de urgência.....	260
10. Recursos	261
11. Execução.....	261
12. A <i>ação declaratória de constitucionalidade</i> no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.....	261
13. <i>Ação declaratória de constitucionalidade por omissão</i>	262

Capítulo 6 – Arguição de descumprimento de preceito fundamental 263

1. Considerações iniciais	263
---------------------------------	-----

2. Legitimados ativos	264
3. Legitimados passivos	265
4. Intervenção de terceiros	265
5. Juízo de admissibilidade da petição inicial	268
6. Objeto	269
7. Fase instrutória	270
8. Julgamento	271
9. Tutela de urgência	272
10. Recursos	273
11. Execução	274
<i>Apêndice – Pequeno glossário de Direito Processual Civil</i>	275
<i>Bibliografia consultada e citada</i>	279
<i>Sites consultados</i>	295